

TRADIÇÕES RELIGIOSAS AFRO-AMERÍNDIA: RESISTÊNCIA E MEMÓRIA ENTRE A PRÁTICA E O DISCURSO EM CAMPINA GRANDE (SÉCULO XX)

Betânia Maria de Andrade Paiva, UEPB, betaniaapaiva@gmail.com
Liliane Aparecida Freitas Lins, UEPB, liaflins@gmail.com

ST 07: HISTÓRIA, RELIGIÃO E DIVERSIDADE CULTURAL NO BRASIL

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo expor a dinâmica e as táticas utilizadas pelos praticantes das religiões afro-ameríndias para as realizações dos seus rituais, bem como os mecanismos utilizados por esses grupos religiosos para lidar com as estratégias, o preconceito e a discriminação por parte do Estado – em teoria laico – enquanto instituição, e pela sociedade como um todo. Faremos uma abordagem acerca das práticas e espaços utilizados pelos adeptos e simpatizantes, bem como o discurso que deslegitima essas religiões por serem praticadas na sua grande maioria pelas camadas mais simples da sociedade e formadas basicamente por pretos e pobres. Abordaremos as questões das tradições e dos ritos; as práticas condenadas desde a chegada do colonizador, mas que continuam sendo marginalizadas até os dias atuais e a repressão exercida contra essas práticas; a intersessão entre religião e cultura popular a partir do uso de objetos e instrumentos utilizados tanto nos rituais religiosos quanto na dança, ou a própria dança como parte do ritual sagrado; e por último, a religião e a magia das práticas afro-ameríndias. Servirão como base teórica as obras de Ofélia Maria de Barros, Michel de Certeau (2014), Mircea Eliade (2000) e Michel Foucault (2014). A metodologia aplicada foi, além da contribuição bibliográfica como já citada, foi elencada também a partir observações e visitas à alguns Terreiros de Umbanda onde serão colhidas algumas falas dos praticantes destas religiões. Portanto, esta pesquisa visa identificar e analisar a marginalização e a demonização atribuídas à essas práticas, bem como dos seus adeptos. Para a apresentação deste trabalho, contaremos com textos simples e fotografias que servirão de suporte para o desenvolvimento da atividade. Por fim, buscaremos através de um diálogo simples, objetivo e despretensioso, discorrer sobre o tema e tentar desmistificar uma simples manifestação de fé e religiosidade.

PALAVRAS CHAVE: RESISTÊNCIA. RELIGIÃO. AFRO-AMERÍNDIA.

INTRODUÇÃO

Falar sobre Religiões Afro-ameríndias na cidade de Campina Grande durante o século XX, é se limitar apenas à segunda metade deste mesmo século, isto porque de acordo com a historiografia local, não há registros dessas práticas que antecedem esse período. De acordo com pesquisadores dessa temática, essas tradições religiosas só chegaram à Campina Grande a partir das primeiras décadas da segunda metade do século XX, trazidas por alguns praticantes vindos da cidade do Recife no vizinho estado de Pernambuco. De acordo com pesquisas realizada por Ofélia Maria de Barros, embora já houvessem registros dessas práticas religiosas em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, na cidade de Campina grande, só há registros a partir de meados da década de 1960 por diante. E isso se dava em parte, ao fato de que essas práticas religiosas sempre foram marginalizadas por se tratarem de religiões em que seus adeptos eram na sua quase totalidade, pretos e pobres, ou seja, uma parte da população brasileira considerada minoria, pois embora essa parte da população fosse em maioria quantitativamente falando, era uma parte da sociedade que não tinha vez nem voz, por que quem detinha e detém o poder sempre foi a elite formada por cidadãos tidos “civilizados, cultos, brancos e cristãos”.

Inicialmente, falaremos um pouco sobre a legitimação dessas práticas religiosas, ou como nos mostra esta pesquisa, a ausência dela, desde a sua chegada aqui no continente trazida pelos africanos escravizados (candomblé), dos rituais sagrados praticados pelos povos originários (jurema), ou da Umbanda, religião genuinamente brasileira, pois é oriunda da fusão dessas duas práticas citadas anteriormente, e que embora não se justifique, mas pelo menos explica muito do porquê dessa desvalorização e deslegitimação.

Sabemos que numa sociedade tida como moderna e organizada, é necessário que os cidadãos sigam regras previamente estabelecidas em conformidades e conveniências de acordo com o funcionamento e bom andamento tanto do aparato do Estado, como da população como um todo. No caso do Brasil, não foi diferente, principalmente no período em que foi instituída a República no final do século XIX. Esse período se destaca mais precisamente por que é a partir daí que se estabelece a distinção entre Estado e Religião, como veremos um pouco mais a diante.

Para isso, se faz necessário o uso do discurso proferido por quem está autorizado a legitimar ou não uma determinada prática. Mas, por que era necessário diminuir, desmoralizar e demonizar as religiões afro-ameríndias? Veremos, portanto, alguns setores da sociedade que se beneficiaram com esses discursos, bem como os utilizaram como fator determinante para a deslegitimação dessas práticas religiosas. E de acordo com Michel Foucault: “o discurso está ligado ao saber, e este, está ligado ao poder” (Foucault,2014).

A Ciência: Como sabemos, após a chegada da Corte Portuguesa no início do século XIX aqui no Brasil, foram implantadas algumas melhorias na cidade do Rio de Janeiro, entre elas, a fundação da primeira faculdade de Medicina. Entretanto, estamos falando de um

país onde mais de 90% da população era analfabeta e rural, ou seja, mesmo havendo médicos formados e atuando aqui no país, esses atendimentos eram quase exclusivamente para a nobreza e a elite. Para a grande parte da população, restavam as crenças populares e curas pelas plantas e rezas das benzedadeiras, o que era muito comum naquela época. Porém, a ciência precisava se firmar como único meio de cura, ou seja, seria necessário que fosse abolida qualquer outra prática popular a exemplo das rezas e das benzeduras, que eram realizadas por populares, em geral ligados às práticas religiosas populares (religiões afro-ameríndias) e em terreiros frequentados por populares a procura de curas de males do corpo e da alma. Como a medicina era um curso feito pela elite para a elite, era necessário invalidar qualquer prática de cura que não fosse realizada pelo médica, que era quem tinha agora o poder de curar o corpo de qualquer tipo de doença, portanto, o exercício de “curandeirismo” realizados por praticantes de religiões míticas, se tornava ilegal. De acordo com Barros:

“No embate entre medicina científica e as práticas populares de cura, a primeira possuía em seu favor instituições e pessoas influentes na sociedade, entre elas, representantes e defensores de um Estado moderno e civilizado, dos quais se destacavam a imprensa e a polícia que, como se verificou no trabalho de Negrão, funcionavam em consonância para desacreditar as práticas religiosas afro-ameríndias” (BARROS, 2017).

O Estado: Definir normas e regras, o que podia e o que não podia ser dito e praticado agora era dever do Estado. Como ferramenta para execução dessas regras, o estado vai contar com o apoio da polícia, na aplicação das leis que determinam o que é permitido ou não. De acordo com a pesquisa de Ofélia Maria Barros, boa parte da sociedade brasileira é feita por dominantes e dominados com base em relações de subserviência, troca de favores, compadrio e “desigualdade naturalizada”. E partindo desse princípio da desigualdade, podemos notar ao longo da pesquisa, relatos de populares praticantes do candomblé e da jurema, que afirmam terem sido perseguidos o tempo todo pela polícia. Tiveram seus terreiros invadidos e destruídos, imagens quebradas, e nos casos mais graves, foram até presos por “perturbação da ordem”. De fato, na grande maioria das vezes, esses cidadãos que eram perseguidos e presos, e que geralmente eram donos de algum terreiro, sempre conheciam alguém muito influente na cidade, a exemplo de advogados e juizes, que através das conhecidas “trocas de favores”, acabavam intervindo e mandavam soltar os detidos. Entretanto, aquele cidadão que havia se beneficiado da soltura, na verdade já tinha se submetido a todo tipo de humilhação e constrangimento não só para ele, como para toda sua família, o que por várias vezes servia como motivação para a deserção e renúncia dessas práticas.

A Imprensa: Também conhecida como o quarto poder, a imprensa vem ao logo do tempo desempenhando um importante papel nos diversos momentos da história. Surgida ainda no século XV, esteve ao lado de reis, imperadores e representantes de nações em toda parte do planeta. Em alguns momentos servindo para enaltecer ou “construir” grandes líderes,

em outros para denunciar ou apenas difamar. Estava ali, portanto, para o bem e para o mal. No caso do Brasil, mais especificamente em Campina Grande/PB e mais ainda nas questões religiosas, não poderia ser diferente. De acordo com Ofélia Maria de Barros, em sua pesquisa contam inúmeros relatos de pessoas vítimas de difamação por parte da imprensa local, bem como discursos jornalísticos onde: “criminalizavam as práticas afro-ameríndias e estampavam em seus títulos a desqualificação dessas práticas” (BARROS p.97). Ao longo da pesquisa, podemos notar diversos relatos onde mostram uma clara tentativa de descrédito e desmoralização das práticas afro-ameríndias, de maneira intencional e deliberada. Em alguns casos, a serviço das elites locais, uma vez que geralmente quem detinha o controle dos meios de comunicação era a própria elite local, em outros, atendendo aos anseios de determinados grupos sociais, políticos e religiosos, como mostra a imagem abaixo:

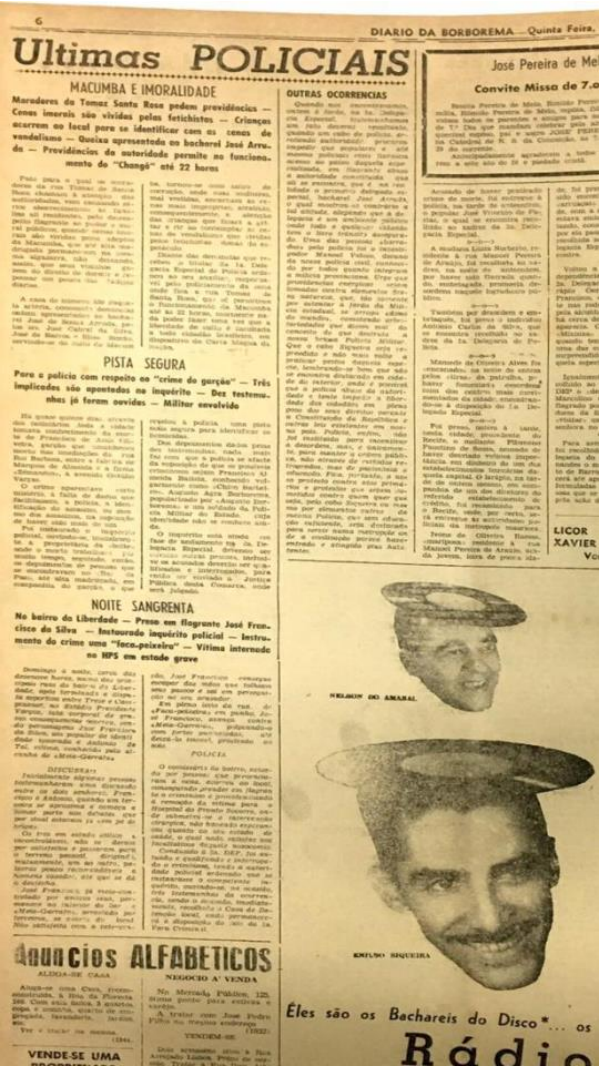


Figura 1- Arquivo DB/D.A Press.

A Igreja: Desde a chegada dos primeiros portugueses aqui em nosso país, estabeleceu-se que a religião oficial seria o cristianismo católico. Porém, para que essa religião se tornasse única, ela precisava se sobrepôr a qualquer outras práticas religiosas que aqui houvessem. E foi o que ocorreu desde a celebração da primeira missa, realizada por Frei Henrique de Coimbra em abril de 1500. Majoritariamente reconhecido como um país cristão, hoje não podemos firmar em qual percentual populacional se encontram os católicos, pois após a Reforma Protestante, conseqüentemente surgiram outras tantas religiões também cristãs, porém, assumindo uma corrente calvinista, ou seja, os protestantes. O fato é que tanto protestantes quanto católicos, abominam qualquer referência ou menção às práticas religiosas que não se baseiem na bíblia cristã. Para tanto, mais uma vez, as religiões afro-ameríndias sofrem com a demonização disseminada pelos cristãos, pois segundo a pesquisa realizada por Barros:

No debate acerca do tema não se pode deixar de mencionar que o sacrifício de animais juntamente com o uso de bebidas alcoólicas, o tabaco, os tambores e as danças frenéticas formaram ao longo da história das práticas religiosas afro-ameríndias um conjunto de elementos que caracterizou a identificação dessas com a dimensão profana, bárbara e, conseqüentemente, com a sua associação com o mal na sua versão cristã (BARROS, 2017).

Como vimos, as práticas religiosas afro-ameríndias, por assumirem uma dimensão profana, ou seja, são religiões com característica festiva, acabam chamando a atenção para além da dimensão sacrificial. E isso passa a ser confundido com tipos ritualísticos abominados pela igreja, pois são diretamente associados ao pecado, e por sua vez, demonizados.

Como podemos observar, há toda uma rede interligada entre os poderes que criam, aprovam e executam os códigos que regem as sociedades, porém, embora hajam leis que permitem a realização dos cultos e celebrações dessas religiões míticas, por outro lado, sabemos que as perseguições à essas práticas continuaram de forma massiva e persistente, tentando desmerecer, diminuir e demonizar ao que não é cristão, portanto é uma prática marginalizada.

ESTADO LAICO

Com as mudanças políticas ocorridas no final do século XIX, ou seja, o país passava de Império à República, determina-se que a partir daquele momento, haveria uma separação entre estado e igreja enquanto instituições, e que as ações referentes a cada instituição, seria agora independente da outra. Mas, será que na prática essa separação realmente funcionou? E se sim, foi atendendo a que demandas? De acordo com Barros

“Embora o Estado brasileiro gozasse ao longo de praticamente toda a sua história, da laicidade, isto é,

a separação entre o Estado e a Igreja, o que implicava ‘teoricamente’ na liberdade religiosa para os diferentes credos; na prática, essa prerrogativa não se estendia a todos, ou melhor, às camadas populares, sobretudo, aos praticantes das religiões afro-ameríndias, com destaque para os negros, índios, seus descendentes e os pobres em geral” (BARROS, 2017).

Ao longo de toda a pesquisa realizada por Barros, vemos o quanto os discursos são reforçados a partir de cenários em que Estado e Igreja permanecem interligados, dependendo de quem vá favorecer. Vale ressaltar que ao longo do tempo, a desqualificação empreendida tanto pelo Estado quanto pela igreja, não se limita apenas aos negros, indígenas e seus descendentes. Ela perpassa as questões étnicas raciais e abarca os pobres e menos privilegiados também.

TERREIRO COMO ESPAÇOS DE REFÚGIO

Os terreiros desde seu início sempre foram espaços de resistência, mas também de refúgio para aqueles que estavam à margem da sociedade tradicional. A comunidade que ali se forma é um claro exemplo de construção familiar, pode se confirmar isso pelos nome que recebem os dirigentes, mãe de santo, pai de santo, e aos filhos de santo, criando um vínculo familiar, onde todos desempenham um papel, além de ajudarem uns aos outros, dessa maneira dentro da casa estão inseridos diversos indivíduos, que chegam ao ambiente por diversos motivos, desde familiares biológicos que não os aceitam como aqueles que possuem um histórico conturbado de vida. Embora as religiões de origem judaico-cristãs orientem-se pela prática de realizar o conceito de bem, onde se baseiam pelas palavras do Deus maior, ainda assim elas renegam aqueles que de alguma forma não estejam dentro de suas leis, o que segrega muitos indivíduos da sociedade moderna.

Outro fator que afasta a religiosidade cristã dos terreiros é que, segundo Barros (2017) “a magia consistia numa aversão à realidade que subentendia o cristianismo europeu, que por sua vez herdara do judaísmo uma verdadeira aversão à idolatria”. Ou seja, considera-se que as comunidades de candomblé, umbanda, jurema sagrada entre outras denominações, idolatram falsos deuses, o que vai contra a prática convencional de religiosidade. A magia então é vista como algo maléfica, que atrai seres igualmente hediondos, para muitos não praticantes terreiros são espaços que enganam, pois mascaram as reais intensões dos que lá dentro estão, onde o que realmente acontece são trabalhos para que famílias estruturadas sejam desfeitas, empregos sejam perdidos, entre outras práticas maldosas e os agentes do caos justamente são os espíritos que ali trabalham, principalmente aqueles da linha de esquerda, no caso Exus (catiços), Pombas giras e Exus Mirins, até o próprio Exu (orixá) é visto como o diabo cristão que trabalha para levar a maldade a comunidade. Mas se realmente esses espaços são negativos, porque eles aceitam justamente aquela parcela da população renegada pela comunidade cristã? Por que existe uma resistência tão grande a ambientes onde os guias que lá trabalham

foram indivíduos que quando vivos sofreram como todos os que estão hoje vivos? Uma das respostas seria, o medo pelo desconhecido, assim como também pode-se pensar na não aceitação pelo mítico, já que vai de encontro a tudo conhecido e acreditado pela comunidade normativa, outro ponto também se dá pelo antigo debate do que é a instituição família, onde para muitos é apenas aquela onde os personagens inseridos devem ter um laço sanguíneo, comunidades de terreiro vão contra esse fato, já que é formada ali uma família que tem por laço o lado espiritual e afinidades, histórias que se cruzam e muito se assemelham, um laço que por incontáveis momentos torna-se mais forte que o do sangue. O espaço dos terreiros são ambientes que funcionam com refúgio não apenas para quem está ali inserido, mas também para aqueles que precisam de auxílio e aconchego.



Figura 2 - Representação do guias chamados de pretos velhos, da esquerda para a direita: Pai Cipriano e Vó Maria Redonda. A imagem encontra-se no terreiro Centro Espírita Encontro das Águas, 2019.

Fonte: acervo pessoal do autor

METODOLOGIA

Por meio do livro “*Terreiros Campinenses: Tradição e diversidade*” de Ofélia Maria de Barros (2017) foi feita a pesquisa teórica, onde a discussão é feita com base no capítulo dois intitulado de “Práticas condenadas discursos autorizados”. O texto trabalha sobre a religiosidade afro-ameríndia com destaque para a umbanda, candomblé e jurema

na cidade de Campina Grande – Paraíba. Também se explica como a sociedade se dividia entre aceitar ou negar tais práticas.

Segundo Barros a imprensa e o poder judiciário foram formas de se perseguir as religiões afro-ameríndias, onde essas instituições trabalhavam em prol de indivíduos da elite que viam com maus olhos tais práticas, caracterizadas como sortilégios, catimbó, onde seus praticantes estavam envolvidos com práticas demoníacas.

A segunda parte do trabalho foi a ida até um terreiro, no caso foi um presente no bairro do Cruzeiro, na cidade de Campina Grande-PB, que recebe o nome de Centro Espirita Encontro das Águas, o terreiro pertencente a linha de umbanda, é dedicado aos seguintes orixás, Iemanjá, Oxalá, Oxum, Xangô e Iansã, sendo dirigido por uma ialorixá (mãe de santo), filha de Iemanjá. O dia em que as práticas são aos sábados no período da tarde, contando hoje com dezesseis participantes, o terreiro tem cerca de cinco anos.

Segundo a mãe de santo a casa recebeu o nome escolhido pela própria orixá Iemanjá, tendo por princípio básico realizar a caridade, ajudando a todos que chegarem ao ambiente. Os filhos de santo que da casa participam, ao serem questionados como se sentem aos estar lá, relatam que se veem em meio a uma família, já que muitos pertencem a famílias biológicas que não aceitam a religiosidade que escolheram, entre outros conflitos pessoais, então é no terreiro que os participantes se sentem acolhidos e compreendidos.

Como a casa é de umbanda trabalha com as linhas de direita e de esquerda, segundo a mãe de santos todos os guias (entidades que incorporam nos filhos de santo) o que diferencia é que aqueles da direita não podem ir até o umbral para lidar com espíritos mais baixos, enquanto guias de esquerda não podem ir até o lado com mais luz, falando em planos espirituais, então esses guias se auxiliam, mas independente da linha todos tem um grau elevado de luz, e a cada boa ação mais luz é obtida pelos entes queridos e médiuns.

A ida ao terreiro em questão ocorreu durante a festa de Ibeiji e dos erês, o primeiro é a sincretização de São Cosme e Damião, pela tradição católica, e os segundos são guias crianças, onde pelas religiões afro-brasileiras são representações de crianças. A festa foi para celebrar a data e permitir que as crianças brincassem e também trabalhassem para ajudar à todos que precisavam.

Inicialmente ocorreu uma gira que, segundo Barros (2017), é um círculo atrelado a danças ritualísticas afro-ameríndias, onde alguns médiuns incorporaram as figuras de crianças e os outros estavam de cambone, ou seja, é algum filho da casa que auxilia a entidade que está incorporada para que esta receba alimento ou bebidas para trabalhar. Após a incorporação os erês passaram a utilizar a comida, bebida (suco, refrigerante), água e mel para limpar espiritualmente os que estavam presente.

CONCLUSÃO

Foi possível concluir assim que por meio dos terreiros muito é produzido para as camadas mais pobres, embora a elite por incontáveis momentos não aceite uma religiosidade que vá contra o que por muitos anos se convencionou ser a religião oficial do Estado, ainda que desde a instauração da República no Brasil, fora declarado que o Estado é laico.

Por meio do estudo também foi possível compreender melhor o ambiente de terreiro, a construção desses espaços de resistência, locais esses que recebem os mais variados indivíduos, sejam eles vivos ou os entendes queridos, onde segundos eles o trabalho de caridade ocorre para levar consolo e luz para aqueles que precisam, tendo em vista que muitos desses personagens são marginalizados.

Referências

- BARROS, Ofélia Maria de. **Terreiros campinenses: tradição e diversidades**. Campina Grande: Eduepb, 2017. 300 p.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Arte de Fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
- ELIADE, Mircea. A estrutura dos mitos. In: ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. Cap. 1. p. 07-23.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

